

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.079, DE 2019

Apensados: PL nº 4.605/2019, PL nº 2.145/2021, PL nº 3.387/2021 e PL nº 3.924/2021

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar que os serviços de saúde onde o parto for realizado ofereçam aos pais ou responsáveis de recém-nascidos orientações e treinamento para prevenção de morte súbita e para primeiros socorros de casos de engasgamento ou aspiração de corpo estranho.

Autor: Deputado CELSO SABINO

Relatora: Deputada FERNANDA PESSOA

I - RELATÓRIO

A proposição em epígrafe altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (**Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA**), para determinar que os serviços de saúde onde o parto for realizado ofereçam aos pais ou responsáveis de recém-nascidos orientações e treinamento para prevenção de morte súbita e para primeiros socorros, nos casos de engasgamento ou aspiração de corpo estranho.

Justificando sua iniciativa, o autor assim se manifestou:

Para salvar centenas de vidas, basta, muitas vezes, a divulgação adequada de informações. Dicas simples como a posição do bebê durante o sono e a distribuição espacial dos utensílios no quarto podem evitar fatalidades. E, para dar publicidade a esses conhecimentos vitais, não é necessária uma formação complexa. Algumas horas já são satisfatórias para a absorção de noções de primeiros socorros em caso de engasgamento, aspiração de corpo estranho e prevenção de morte súbita em recém-nascidos.



O nosso objetivo com este Projeto é justamente garantir que os pais ou responsáveis de recém-nascidos já saiam dos serviços de saúde onde nascem as crianças munidos conhecimentos suficientes para a prestação dos cuidados iniciais em caso de acidentes. Queremos certificar-nos de que os bebês só terão alta hospitalar se seus cuidadores tiverem conhecimento suficiente para prevenir acidentes ou para agir em situações emergenciais.

Em apenso, encontram-se as seguintes (4) proposições:

- PL nº 4.605/2019, do Deputado LUIZ LIMA, que *“Dispõe sobre a realização de curso de primeiros socorros e de prevenção de acidentes durante o acompanhamento pré-natal, e o reforço dessas informações na maternidade e nas consultas de acompanhamento da criança recém-nascida.”*

- PL nº 2.145/2021, do Deputado ZÉ VITOR, que *“Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para incluir orientações para a gestante sobre manobras de socorro em caso de obstrução de vias aéreas superiores por alimentos e prevenção de morte súbita.”*

- PL nº 3.387/2021, do Deputado ALEXANDRE FROTA, que *“Estabelece aos hospitais e maternidades do sejam obrigados a oferecer aos pais ou responsáveis de recém-nascidos, orientações e treinamento para primeiros socorros em caso de engasgamento, aspiração de corpo estranho e prevenção de morte súbita; e finalmente*

- PL nº 3.924/2021, do Deputado JOSÉ NELTO, que “ Institui-se que profissionais devidamente capacitados deverão orientar e treinar pais ou responsáveis de recém-nascidos para primeiros socorros em casos de emergência.”

As proposições foram distribuídas à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER), à Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) e a este colegiado, estando sujeitas à apreciação *conclusiva*, em regime de tramitação *ordinário*.

No âmbito das comissões temáticas, os projetos receberam parecer pela *aprovação, com substitutivo*, na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.



O substitutivo acrescenta as orientações relativas à “manobra para a desobstrução das vias aéreas e medidas para prevenção dos afogamentos” ao dispositivo a ser acrescido ao **ECA**.

Já na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família os projetos foram *aprovados na forma do substitutivo/CMULHER*.

Esgotado o prazo regimental de cinco sessões, não foram oferecidas emendas aos projetos, conforme atesta a Secretaria desta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 32, IV, *a*, do Regimento Interno, pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dos projetos e do substitutivo/CMULHER.

No que toca à constitucionalidade formal, foram obedecidos os ditames constitucionais relativos à competência legislativa da União (CF, art. 24, XII e § 1º), sendo atribuição do Congresso Nacional dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48).

Não há, de outra parte, qualquer violação a princípios ou normas de ordem material da Constituição de 1988 nas proposições em comento.

Passando à análise pormenorizada das proposições, vemos que o PL nº 1.079/19 não apresenta problemas relativos aos aspectos a observar nesta oportunidade.

Já o PL nº 4.605/19 (apensado) é claramente inconstitucional, pois em várias passagens se prevê a expedição de regulamento, além de detalhar-se o conteúdo do mesmo. Sendo o regulamento uma norma inferior que compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo expedir (CF: art. 84,



IV), projeto de lei iniciado no Poder Legislativo não pode obrigar aquele outro Poder a expedir do mesmo, nem prever seu conteúdo.

O PL nº 2.145/21 (apensado) não tem problemas jurídicos. Quanto à técnica legislativa e à redação, na redação final poderá ser corrigido um pequeno lapso redacional no art. 2º, com a supressão da palavra “das”. E só.

O PL nº 3.387/21 (apensado) não tem problemas jurídicos, mas a redação deixa a desejar. Optamos por oferecer um substitutivo ao mesmo.

Já o PL nº 3.924/21 (apensado) também não tem problemas jurídicos, mas a técnica legislativa e a redação deixam a desejar. Optamos também por oferecer um substitutivo à proposição.

Finalmente, o substitutivo/CMULHER não apresenta problemas relativos aos aspectos a observar nesta oportunidade.

Ante o exposto, manifestamo-nos pela *constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa* do Projeto de Lei nº 1.079/2019; pela *inconstitucionalidade* do PL nº 4.605/2019, ficando prejudicada a análise dos demais aspectos a observar nesta oportunidade; pela *constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa* do PL nº 2.145/2021; pela *constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, nos termos do substitutivo* em anexo, do PL nº 3.387/2021; pela *constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, nos termos do substitutivo* em anexo, do PL nº 3.924/2021; e pela *constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa* do substitutivo/CMULHER.

É o voto.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada FERNANDA PESSOA
Relatora

2024-10037



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**SUBSTITUTIVO DA RELATORA AO PROJETO DE LEI Nº 3.387, DE 2021**

Apensado ao PL nº 1.079/2019

Estabelece que hospitais e maternidades ofereçam aos pais e/ou responsáveis pelos recém-nascidos, orientações e treinamento para primeiros socorros em caso de engasgamento, aspiração de corpo estranho e para prevenção de morte súbita.

Autor: Deputado ALEXANDRE FROTA**Relatora:** Deputada FERNANDA PESSOA

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os hospitais e maternidades devem oferecer aos pais e/ou responsáveis pelos recém-nascidos, orientações e treinamento para primeiros socorros nos casos de engasgamento, aspiração de corpo estranho e para a prevenção de morte súbita.

§ 1º As orientações, assim como o treinamento, serão ministrados antes da alta do recém-nascido.

§ 2º É facultativa aos pais e/ou responsáveis a adesão ao treinamento oferecido pelos hospitais e maternidades.

Art. 2º Os hospitais e maternidades deverão afixar, em local visível, cópia da presente Lei para que todos os pais e/ou responsáveis pelos recém-nascidos tomem conhecimento do treinamento oferecido.

§ 1º Os hospitais e maternidades deverão informar aos pais e/ou responsáveis pelos recém-nascidos sobre a existência e a disponibilidade do treinamento já durante o acompanhamento pré-natal.



§ 2º Os hospitais e maternidades poderão optar por fornecer o treinamento para primeiros socorros individualmente ou em turmas, aos pais e/ou responsáveis pelos recém-nascidos.

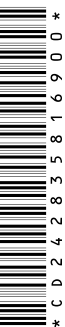
Art. 3º Os hospitais e maternidades terão o prazo de noventa dias, a contar da publicação desta Lei, para se adequarem às suas regras.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada FERNANDA PESSOA
Relatora

2024-10037



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**SUBSTITUTIVO DA RELATORA AO PROJETO DE LEI Nº 3.924, DE 2021**

Apensado ao PL nº 1.079/2019

Estabelece que, nos hospitais e maternidades, profissionais capacitados deverão orientar e treinar os pais ou responsáveis por recém-nascidos para primeiros socorros em casos de emergência.

Autor: Deputado JOSÉ NELTO**Relatora:** Deputada FERNANDA PESSOA**O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:**

Art.1º Fica estabelecido que as maternidades e hospitais deverão contar com o apoio de funcionários capacitados em primeiros socorros, a fim de orientar e treinar os pais ou responsáveis por recém-nascidos, por meio de cursos preparatórios ou pela contratação dos mesmos.

Art. 2º As orientações e o treinamento serão efetuados no período em que o recém-nascido estiver na maternidade ou hospital.

Art. 3º Cada Estado e cada Município estabelecerá a melhor forma de implementação dos cursos preparatórios a serem oferecidos aos profissionais da saúde para os fins desta Lei.

Art. 4º Cabe aos hospitais e maternidades optar pela melhor forma de ministrar o treinamento e as orientações, segundo suas particularidades.

Art. 5º Os hospitais e maternidades terão o prazo de noventa dias para se adequarem às exigências desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada FERNANDA PESSOA
Relatora

2024-10037

Apresentação: 06/08/2024 11:22:37.780 - CCJC
PRL 1 CCJC => PL 1079/2019

PRL n.1

